

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM) NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SARANDI - PARANÁ

Thais Andrade de Assis¹

Resumo: O seguinte trabalho propõe apresentar a atuação da equipe que compõe o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Viva-Flor (CRAM VIVA-FLOR), localizado na cidade de Sarandi-Paraná. O recorte é resultado do trabalho de campo realizado presencialmente durante o segundo semestre de 2024 para realização da pesquisa de mestrado que buscou levantar dados acerca da violência contra as mulheres no município de Sarandi. Assim busca-se evidenciar de que forma a região lida no acolhimento e combate a violência contra as mulheres, como é o funcionamento do órgão e a atuação das mulheres que trabalham no CRAM.

Palavras-chave: Violência; História; Gênero; Centro de referência.

1. Introdução

O seguinte trabalho tem como proposta apresentar brevemente a atuação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) no município de Sarandi - Paraná. Isso foi possível devido o trabalho de campo realizado para a pesquisa de mestrado em História intitulada “Parem de nos Matar: levantamento e análise dos dados sobre violência contra as mulheres na cidade de Sarandi - Paraná”, que teve como objetivo sistematizar os dados sobre violência contra as mulheres a partir de um levantamento realizado no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município. O método quantitativo juntamente com a metodologia proposta pela História das Mulheres, nos possibilita compreender o fenômeno da violência doméstica dentro do complexo contexto social da cidade de Sarandi. Para tal, é necessário compreender o contexto histórico de formação do município.

A cidade de Sarandi é localizada no norte paranaense e corresponde a Região Metropolitana de Maringá (RMM), composta por 26 municípios, dos quais Sarandi é a maior em volume populacional, logo depois de Maringá. De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE 2022, Sarandi possui aproximadamente 128 mil habitantes, caracterizando-se como uma cidade de médio porte para a região. O então município de

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. Email: thais96assis@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9154064549176902>.

Sarandi, com seus 44 anos de emancipação municipal, possui certa complexidade acerca de seu processo de urbanização presente em sua história, já que a mesma é considerada uma cidade periférica, onde uma de suas características recorrentes são seus diversos problemas estruturais e sociais, que fazem do imaginário social da população da RMM (Região Metropolitana de Maringá) vê-la como uma “cidade violenta”, sendo a violência uma marca consolidada de quem conhece o município (Rodrigues, 2004).

Sarandi por muito tempo é conhecida como “cidade-dormitório” visto que a maioria de sua população trabalha e consome em Maringá, mas reside em Sarandi (Rodrigues, 2004). O processo de periferização do município se deu pela alta valorização do solo urbano de Maringá, o que segrega os moradores de baixa renda para espaços mais afastados como as cidades de Paiçandu e Sarandi, ambas que fazem fronteira com Maringá (Rodrigues, 2004, Paula, 2020). A desigualdade social e econômica presente no município, juntamente com a falta de estrutura urbana, fez com que o índice de violência aumentasse e fazendo de Sarandi a 31ª cidade com maior taxa de homicídios de pessoas jovens do país em 2011², e a segunda no Paraná nesse mesmo período (Paula, 2020).

O Brasil possui em sua população a maior parte composta por mulheres, sendo cerca de 104 milhões de mulheres para 98,5 milhões de homens, de acordo com o censo de 2022. No estado do Paraná esse índice é de 51,27%, com aproximadamente 5.5 milhões de mulheres para um total de 11 milhões de habitantes. No caso de Sarandi, o número é de 60 mil mulheres para aproximadamente 118 mil habitantes, de acordo com o instituto IPARDES³. Dados acerca da violência contra a mulher no Brasil, podem ser encontrados no Mapa da violência de gênero⁴, onde o Paraná foi a unidade da federação onde mais mulheres foram assassinadas proporcionalmente à população em 2016. A taxa nacional foi de 64 assassinatos de mulheres negras por 100 mil e 63 assassinatos de mulheres não negras, segundo o estudo. Também no Paraná, em 2021, a cada 38 minutos uma mulher foi vítima de feminicídio ou tentativa de feminicídio no estado.

² Sarandi é a 31ª cidade brasileira com maior taxa de homicídio de jovens.

³ Disponível em: [Censos Demográficos | IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social](#).

⁴ Disponível em: [Mapa da Violência de Gênero no Brasil \(mapadaviolenciadegenero.com.br\)](#).

Para compreensão do fenômeno acerca da violência doméstica, estudos de gênero e história das mulheres são necessários. Entendendo que a problemática acerca da violência contra a mulher passa de uma legitimação para uma condenação social (Lage, 2013), deixando de ser uma questão de ordem privada para um problema social com necessidades de ações e políticas públicas, a violência de gênero possui características próprias que atuam contra as mulheres, sendo as mesmas qualificadas em diferentes níveis como; violência psicológica, violência física, doméstica, assédio sexual, verbal, patrimonial, estupro, espancamentos e feminicídio. Essas ações muitas vezes naturalizadas são frutos de uma sociedade que privilegia o masculino em detrimento do feminino. A colonialidade do gênero (Lugones, 2020) explica a matriz de opressão na sociedade ocidental, essa baseada no gênero, na raça e na classe.

O movimento feminista do século XX, questiona essas imposições e a banalização da violência praticada contra as mulheres, trazendo a público a necessidade de se debater e combater tais ações. A pressão feminista fez com que nascesse no Brasil, a partir da década de 80 as primeiras delegacias especializadas no atendimento a mulher, quebrando o tabu existente em torno de “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, forçando o estado a pensar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência praticada contra as mulheres (Grossi, 1994)

Os centros de referência de atendimento à mulher são órgãos de competência municipal que tem por objetivo o acolhimento de mulheres vítimas de violência. O órgão oferece assistência psicológica, jurídica e social. Motivados pelo SOS Mulher da década de 80 e por outras políticas públicas como a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (2003), a Lei Maria da Penha (nº 11.340/06) e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2007), os órgãos se espalham pelo país repensando a forma de atendimento às mulheres vítimas de violência, porém esses números ainda são escassos. No estado do Paraná, dos 399 municípios, somente 17 possuem um Centro de Referência especializado para atender essas mulheres.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, foi criado em 2008 no município de Sarandi com intuito de ser um espaço acolhedor, com atendimento humanizado às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica, proporcionando atendimento psicológico e social, orientação,

acompanhamento e encaminhamentos jurídicos necessários para a superação da violência:

A principal finalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher é tomar conta da parte social de quem é vítima, ao contrário da Delegacia de Defesa da Mulher que estuda a parte criminal. No CRAM a vítima recebe auxílio sem comprometer o seu direito a vontade própria, mas dá meios para que a mulher tome seu parecer em relação a situação de violência que ela esteve presente” (Ribeiro, 2010).

2. Desenvolvimento

O levantamento bibliográfico feito com estudos de gênero e história das mulheres é complementado pela teoria feminista que possibilita uma maior compreensão da realidade das mulheres de Sarandi. As nuances que constituem a categoria “gênero” dentro do campo das pesquisas nas ciências humanas, e específico na área da história, com a História social e a História das mulheres, busca evidenciar a historicidade e aplicações metodológicas, além de suas contribuições e seus efeitos na sociedade (Scott, 1995).

A importância de um olhar preocupado com o gênero para uma compreensão da realidade social sob uma perspectiva histórica (Pinsky, 2009), nos faz reconhecer a consciência histórica acerca de um problema existente que perpassa a história em si, a violência de gênero. Dessa forma, a história-problema, repensa os passados sensíveis (Pereira, 2018) de uma maneira crítica, e a função social da história nos possibilita problematizar, historicizar, investigar e evidenciar as narrativas que fogem de um padrão historiográfico masculino, branco e eurocêntrico que não abrange a complexidade das relações de gênero e de poder, e das violências existentes historicamente.

A violência contra as mulheres é atravessada por diversas questões além da questão do gênero, sendo a raça e a renda marcadores que potencializa as violência contra as mesmas, ou seja, mulheres que vivem na periferia perpassam tanto pelas suas marcas de gênero, quanto pelas violências marcadas pela demarcação regional em que vivem. As variadas vivências de mulheres existentes em nossa sociedade estão presentes nas mais diversas representações do cotidiano, na vida pública e privada dos indivíduos. Dito isso, identificamos que a experiência social de vida de mulheres ocorre diferentemente da dos homens, e a identificação das mulheres como grupo social (Tilly, 1994), com seus atravessamentos identitários compostos por uma diversidade de

existências, são fundamentais para compreensão das especificidades dos tipos de violências praticados contra as mesmas (Akotirene, 2019). A instrumentalização proposta pela interseccionalidade permite que a mesma seja uma ferramenta metodológica de análise estrutural e como prática política voltada para corpos vulneráveis na inserção de políticas públicas:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob forma de identidade. (Akotirene, pág. 44, 2019)

Vale salientar que o município de Sarandi não possui uma delegacia especializada em atendimento às vítimas de violência de gênero e violência doméstica, e também não possui um abrigo de acolhimento para as mulheres ameaçadas por seus companheiros, sendo a única instituição o Centro de Referência e Atendimento à Mulher Municipal (CRAM), que não possui estrutura de assistência para a demanda populacional, o que dificulta e negligência o combate às violências.

A partir das visitas semanais ao centro de referência para realização da pesquisa, pode-se observar a atuação da equipe em conversas e reuniões de articulação. A equipe do CRAM durante o ano de 2024 era composta por 6 pessoas para uma demanda de uma cidade de médio porte. Sendo estas compostas pela coordenadora geral, 1 assistente social, 1 psicóloga, 1 pedagoga/educadora, 1 motorista e 1 auxiliar de serviços gerais. Para além disso, se tem o apoio de 1 equipe da polícia militar e guarda municipal para realização dos acompanhamentos de medida protetiva existentes.

[...] O Centro de Referência deve ser o órgão articulador de toda política de enfrentamento à violência contra a mulher no Município fazendo com que todo o Município se envolva na proteção dessa mulher e passe a abordar um tema que muitas vezes é invisibilizado por um sistema patriarcal que tende a naturalizar a violência contra a mulher. (Ribeiro, 2010. p.09)

A atuação da equipe consiste em apoio jurídico, psicológico e social como consta nas normativas nacionais (Brasil, 2006), além de trabalhos como rodas de conversas, eventos, cursos, artesanatos e aulas de dança.

Avanços e obstáculos podem ser vistos para acompanhar a eficiência da política pública voltada para as mulheres em Sarandi. Algumas demandas foram observadas no

trabalho de campo realizado, como: a falta de equipe técnica, a implementação de um abrigo temporário às vítimas de violência doméstica no município, a necessidade de transporte das usuárias e seus familiares para outros municípios e estados, e a formação continuada da equipe sobre violência de gênero.

3. Considerações finais

Trabalhar com violência e mulheres em Sarandi é ir além de uma história oficial, contada sempre por uma perspectiva cis-hetero-branca, coletando e sistematizando os dados existentes em um fundo de gaveta cheia de pó, é repensar as epistemologias de análise para uma história regional, abrangendo os mais variados corpos que perpassaram e perpassam o município através de suas marcas, colocando o dedo na ferida da história, para assim, talvez, encontrar uma solução.

A violência contra as mulheres e a violência doméstica é um fenômeno recorrente em nossa sociedade que precisa ser combatida e prevenida para garantia da dignidade de nossas cidadãs. Sendo assim, o mesmo deve ser tratado como problema de segurança pública, e necessita de ações conjuntas entre as secretarias de Assistência Social, secretaria de Saúde, Ministério Público, Poder Judiciário Estadual e Federal.

Assim, é necessário um conjunto de ações públicas para o combate e a prevenção da violência contra as mulheres sarandienses, visto o aumento populacional do município e a necessidade de investimentos na área de proteção as mulheres.

Assim, me identifico epistemologicamente com a experiência de uma forasteira de dentro (Collins, 2000), onde uma mulher negra, trabalhadora e de periferia, ao adentrar na academia, questiona as ausências existentes dentro de seu trabalho epistemológico e busca produzir, evidenciar e trazer ao centro os personagens marginalizados do nosso dia a dia. A teoria feminista negra torna o diálogo entre academia e periferia possível, contribuindo para a efetivação de políticas públicas onde estas são mais necessitadas, escrevendo uma nova forma de se fazer história.

O CRAM VIVA FLOR de Sarandi, tornou-se um meio pelo qual a política de enfrentamento à violência contra as mulheres acontece no município, desenvolvendo trabalhos articulados com instituições governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento às Mulheres.

4. Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Palestra TED. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 20 ago. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. *Diretrizes nacionais: feminicídio – investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, 2016.
- CÔRTEZ, Gisele. Violência doméstica: centro de referência da mulher Heleieth Saffioti. *Estudos Sociológicos*, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento*. Tradução de Maria José Silveira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- FIGUEIREDO, Lauro César. A expansão urbana de Sarandi: algumas considerações. *Boletim de Geografia*, Maringá, ano 15, n. 1, p. 1-11, dez. 1997.
- JESUS, Jaqueline de Gomes. Feminismos contemporâneo e interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. *Revista Brasileira da Hoocultura*, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2018.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.
- LIMA, Lana Lage da Gama; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à publicação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.
- MENDES, César Miranda; MARCATTI, Rafael Sebastião; TÖWS, Ricardo Luiz. A produção do espaço urbano em Sarandi (PR-Brasil): particularidades e disparidades. In: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO, 2008, Maringá. Anais [...]. Maringá: DGE/UEM, 2008. p. 1-15. Acesso em: 21 out. 2019.

NADER, Maria Beatriz. A vida em desunião: violência, gênero e denúncia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONHECIMENTO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 2.

PAULA, Verlaine Cristina de. *Segregação urbana e violência: jovens no espaço urbano de Sarandi*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PRADO, Maria Juraci. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 232-263.

RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Norma Técnica de Uniformização – Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília: Presidência da República, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 29-62, 1994.